

O BRASIL PRECISA DE UMA NOVA POLÍTICA ECONÔMICA

Paulo R. Haddad

Belo Horizonte

13/10/2026

I. EQUILIBRE AS CONTAS DO GOVERNO, CONTROLE O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E O BRASIL VOLTARÁ A CRESCER E PROSPERAR!

“Percebe-se que a insistência na necessidade de ajustes e sofrimentos no curto prazo (isto é, austeridade) em benefício dos ganhos de crescimento no longo prazo, quando o curto prazo pode durar décadas e o longo prazo não ocorrer, atesta um refinado sadismo intelectual”.

Robert Skildesky
Money and Government – A Challenge to Mainstream Economics,
Penguin, 2019

Quando se iniciar o mandato presidencial para o período de 2027 a 2030, a nova administração do Governo Federal irá encontrar o País com uma agenda repleta de problemas socioeconômicos e socioambientais. O Brasil está vivenciando, atualmente, um conjunto de problemas de natureza conjuntural devido às flutuações nos ciclos da economia (taxas de inflação ainda elevadas e instáveis; renivelamento dos níveis de emprego e de subemprego pós-pandemia da Covid-19; um campo de tomada de decisões minado de incertezas e desconfiças; reestruturação da nova ordem econômica internacional pós-Trump; etc.) e também um conjunto de problemas de natureza estrutural (elevados índices de concentração de renda e riqueza; empobrecimento da classe média; persistência nos desequilíbrios regionais de desenvolvimento; dramático número de pobres e de miseráveis; degradação recorrente dos ecossistemas ambientais, etc.).

Desde 2014, para confrontar esses problemas, o Governo Federal vem formulando e implementando uma política econômica que se fundamenta no **modelo de equilíbrio fiscal expansionista**. Esse modelo prevê maiores níveis de consumo e de investimento no País se houver um equilíbrio nas contas do setor público consolidado (na administração direta e indireta dos três níveis de governo) apoiado em reformas de base (tributária, previdenciária, administrativa). O principal fundamento do modelo se baseia em duas ideias: **a redução drástica dos gastos públicos e o controle dos limites do**

endividamento do setor público consolidado, ou seja, componentes de um modelo de política econômica típico de **austeridade fiscal**.

Em 2009, os economistas italianos *Alberto Alesina* e *Silvia Ardagna*, da Universidade de Milão, afirmaram que os governos poderiam impulsionar o crescimento econômico de seus países se reduzissem os déficits fiscais. Em outras palavras, gastando menos, ao invés de gastar mais, trariam de volta o crescimento. No ano seguinte, dois economistas norte-americanos, *Carmen Reinhart* e *Kenneth Rogoff*, destacaram que há uma linha vermelha que o governo não pode ultrapassar: se as suas dívidas excederem 90% do PIB, o crescimento econômico irá declinar. São propostas que geraram muitas controvérsias e questionamentos, embora tenham se tornado o conhecimento convencional para a formação de políticas econômicas, assumido com entusiasmo pelos mercados financeiros e pelos rentistas.

O cientista político *Mark Blyth** analisou a ascensão e a queda da doutrina da austeridade ao longo de dois períodos da história intelectual desse conceito: **1692-1942** e **1942-2012**, e concluiu que, em vários contextos, a austeridade fiscal expansionista não é uma política adequada, principalmente quando essa política é dominante e impera isoladamente em determinada sociedade. **Não é adequada quando as taxas de juros estão próximas de zero e as taxas de crescimento e de desemprego não reagem às mudanças na política monetária. Não é adequada quando o conjunto das economias mais desenvolvidas está deprimido, não deixando espaço para as exportações de bens e serviços das economias periféricas menos desenvolvidas. Não é adequada para países membros de uma união monetária que não podem substituir autonomamente a insuficiência da demanda interna pela demanda externa, através da desvalorização monetária. Não é adequada quando um país precisa, simultaneamente, retomar o processo de crescimento e manter taxas reais de juros elevadas para conter uma inflação pelo controle da demanda agregada. Não é, portanto, para ser implementada como se fosse um receituário único, sem considerar o contexto histórico de cada país, os seus problemas e suas possibilidades.**

* Mark Blyth – *Austerity – The History of a Dangerous Idea*, Oxford, 2015.

No caso brasileiro, há duas questões que podem ser analisadas quanto a uma política de austeridade: o longo período de espera para a eventual retomada de um processo de crescimento sustentado (sem flutuações tão intensas nos ciclos de negócios) e sustentável (= crescimento globalmente competitivo com equidade social e sustentabilidade ambiental) que pode não vir, e as razões para concentrar atenção apenas no objetivo da estabilidade monetária (meta inflacionária equivalente à das economias avançadas), face a tantos problemas estruturais resilientes.

Quando uma sociedade apresenta um conjunto de problemas conjunturais simultaneamente com um conjunto de problemas estruturais, a concentração de atenção não pode se limitar a um único objetivo (a estabilidade monetária) na expectativa de que, equacionando adequadamente esse objetivo, os outros problemas terão soluções derivadas ou colaterais. Assim, seguindo a lógica do modelo de equilíbrio fiscal expansionista, processado o equilíbrio nas contas públicas e no endividamento do setor público consolidado, "a mão invisível" dos mercados tenderia a equacionar todos os demais problemas. Entretanto, quando se dispõe de um único instrumento de política econômica (a taxa de juros) somente é possível atingir um único objetivo (a estabilidade monetária). Dada a interdependência estrutural do sistema econômico, a conquista de um único objetivo pode impactar os demais objetivos através de efeitos inesperados. Quando se eleva a taxa de juros reais para controlar o ritmo da inflação, há que se esperar:

- a.** o aumento da concentração dentro da concentração da renda nacional;
- b.** o desestímulo à acumulação de capital técnico (a formação bruta de capital fixo);
- c.** a expansão do endividamento e a insegurança financeira das famílias;
- d.** a estabilidade monetária como condição necessária, mas não suficiente, para a retomada de um processo de crescimento sustentado e sustentável.

Em matéria de política econômica, os economistas no governo estão agindo como aprendizes de feiticeiros que desencadearam forças que não conseguem controlar até que se “desencantem antes da meia-noite”, como Cinderela. Não percebem que, ao se iniciar o novo mandato Presidencial, insistirem em um

programa de austeridade fiscal, através de profundos cortes nos gastos públicos como choque de gestão (o que vem sendo chamado de “tesouração”) irão jogar o Brasil numa profunda crise de ruptura político-institucional e que irão despertar o embrião revolucionário que existe no coração da juventude. Como dizia Che Guevara “Ser jovem e não ser revolucionário, é uma contradição genética”.

O sociólogo *Guerreiro Ramos* afirmava que a análise e a avaliação de um modelo ou de uma teoria têm que partir de uma redução sociológica, de uma premissa da perspectiva, segundo a qual o objetivo de estudo não pode estar desligado de seu contexto histórico. Os próprios conceitos econômicos que são adotados em uma política econômica (PIB potencial, por exemplo) podem variar com os objetivos de mudanças que se deseja: política de estabilização (PIB potencial que, ao ser ultrapassado, acelera a inflação) ou política de desenvolvimento sustentável (PIB potencial antropocêntrico ou biocêntrico que define os limites de crescimento com preservação e conservação), e assim não faz sentido adotar o receituário de uma única escola de pensamento e adotá-lo para equacionar problemas socioeconômicos e socioambientais sem uma redução socioecológica. Uma tolice que pode ser repetida na história como tragédia.

II. A ECONOMIA BRASILEIRA EM TRABALHO DE SÍSIFO

Não há como deixar de classificar os déficits dos países avançados como de natureza conjuntural e os déficits do Brasil como de natureza histórico-estrutural. Se assim for, todos os governos brasileiros, de 2014 até os dias de hoje, têm perseguido a cartilha do equilíbrio fiscal expansionista a qual, contudo, varia de país para país segundo o contexto político-institucional de cada um; ocorre, no caso brasileiro, que o descompasso entre receitas tributárias (impostos, taxas, contribuições parafiscais) que crescem no ritmo lento do crescimento do PIB, desde 1980 (taxa de 2,2% ao ano no século 21, com o crescimento da população de 1,7%, ao ano) e, por via de consequência, a base tributária, sendo que os gastos públicos que se encontram em permanente pressão política para se expandir em função das necessidades das funções

tradicionais do Estado (saúde, educação, justiça, segurança, infraestrutura econômica e social), das políticas sociais compensatórias, das políticas ambientais, etc. Como esse descompasso é recorrente ano a ano, fica a sensação de que a política adotada no início de cada mandato presidencial realizou um “trabalho de Sísifo” até o seu final*.

Ocorre que o tempo da política é mais acelerado, menos flexível e menos tolerante do que o tempo da economia, e a retomada do crescimento pós-ajustes macroeconômicos pode não acontecer no prazo compatível com a ansiedade e a paciência dos governantes, ao longo de seus mandatos. Pois, afinal, a retomada do crescimento não ocorre apenas como subproduto cronológico de ajustes fiscais, mas, principalmente, a partir da concepção e da implementação de projetos de desenvolvimento programados para serem implementados ao longo dos mandatos. Essa questão se agrava no último ano de um mandato presidencial quando, nas eleições ao nível federal e estadual, há uma tendência a ampliar intensamente os gastos públicos que impactam, no curto prazo, o desequilíbrio das contas públicas.

Os governos que adotaram os fundamentos conceituais da austeridade fiscal em suas políticas econômicas foram conduzidos às seguintes decisões controversas:

- 1. para promover o equilíbrio fiscal e eliminar os déficits prevaletentes será necessário um corte tanto mais intenso nos gastos públicos quanto maior for o tamanho do déficit, e tanto menos intenso quanto maior for a possibilidade de elevar incrementalmente a carga tributária e outras fontes de fundos;**

* Na mitologia grega, *Sísifo* é considerado um rei astuto mas, ao desafiar e enganar os deuses, recebeu um castigo terrível: rolar uma pedra enorme montanha acima por toda a eternidade e, ao chegar ao topo, a pedra sempre rolava montanha abaixo. Sísifo tinha então que recomeçar. Segundo a mitologia, mesmo quando Sísifo estava velho e cego continuava a rolar a pedra montanha acima, sem sucesso em seu trabalho. O termo “trabalho de Sísifo” é usado atualmente para descrever uma atividade que deve ser realizada prioritariamente, mas que, apesar de árdua e complexa, não consegue atingir o seu escopo. Podemos considerar que o estilo de política econômica que vem sendo adotado, desde 2014, se caracteriza como um trabalho de Sísifo.

2. os critérios para os cortes, congelamentos ou contingenciamentos dos gastos públicos ocorrem, quase sempre, sobre os poucos recursos não vinculados do orçamento, de tal forma que serão reduzidos os recursos financeiros disponíveis para programas e projetos altamente prioritários e politicamente sensíveis para a sociedade (investimentos em infraestrutura econômica e social, políticas sociais compensatórias, etc.); estimam-se em 10% os recursos discricionários disponíveis no OGU (Orçamento Geral da União);
3. no caso brasileiro, como o déficit público é de natureza estrutural e não apenas o resultado de conjunturas desfavoráveis nos ciclos econômicos, o programa de austeridade fiscal incorporou adequadamente as reformas político-institucionais da Previdência, do sistema tributário e a administrativa, redundando em um novo Pacto Federativo;
4. há dificuldades de se implementar um programa de austeridade fiscal no Brasil pois, por trás de cada Real de despesa pública programada, há sempre um grupo estruturado e politicamente mobilizado de interesse social, regional, setorial produtivo, ou não produtivo, de tal forma que cortes, contingenciamentos, reprogramações das despesas se caracterizam como uma difícil arte de negociação política com o Congresso Nacional e com grupos organizados da sociedade civil, um convite a prováveis tensões sociais e políticas se o processo de implementação for realizado sem flexibilidade negocial, em termos de sequenciamento, intensidade e cadência das ações durante o novo mandato Presidencial;
5. em um contexto no qual há um descompasso crônico entre as receitas orçamentárias, que crescem aritmeticamente, e as despesas orçamentárias, que crescem geometricamente, constata-se que: a) para atender a avalanche de demanda das despesas, o Governo acaba fazendo de tudo um pouco sem a intensidade, a cadência e o sequenciamento necessários; b) o sistema político protege as suas reivindicações e interesses adotando a vinculação de suas emendas

individuais ou de bancadas no OGU; c) o OGU é concebido e executado desvinculado de um sistema de planejamento de médio e de longo prazo, com as prioridades sendo definidas pela base aliada no Congresso Nacional.

A avalanche de demandas sobre o que o governo precisa fazer visando a acelerar o crescimento, com equidade social e sustentabilidade ambiental na reconstrução do Brasil, é tão intensa que ao se comprometer com déficits fiscais zero ou com PPAs ambiciosos financeiramente, assumem apostas de elevado risco político, o que lembra a história de Alice: **“Ficou ali sentada, os olhos fechados, e quase acreditou estar no País das Maravilhas, embora soubesse que bastaria abri-los e tudo se transformaria em insípida realidade”**. As consequências políticas da gestão orçamentária são profundas e levam a frequentes crises entre o Poder Público e o Congresso Nacional: Se a nova gestão do Governo Federal optar por uma política fiscal de austeridade radical, certamente irá cortar despesas públicas em atividades que são absolutamente necessárias (e não supérfluas) para a condições de vida e a promoção humana de milhões de brasileiros.

- **Ao ter que negociar recorrentemente com o Congresso Nacional o processo de programação e de reprogramação do orçamento, cada administração do Governo Federal acaba direcionando o seu ideário político-ideológico para um processo de convergência pontuada e negociada com os partidos do Centro - por exemplo, na gestão Bolsonaro, os impactos socioeconômicos da pandemia levaram à uma política anticíclica de defesa do nível de emprego do estilo parcialmente Keynesiano, e na atual gestão (2022-2026) pratica-se, frequentemente, a política de estabilização monetária do estilo neoliberal; as restrições e as condicionalidades prevalecentes se impõem aos programas partidários que dão um passo à frente e dois para trás em seus objetivos doutrinários;**
- **como as avalanches de demanda para ampliar o campo de oportunidades para as novos jovens, para políticas sociais compensatórias, de modernização da infraestrutura econômica e**

social, para as políticas ambientais, etc., não encontram as fontes de fundos que necessitam para implementar efetivamente os seus compromissos eleitorais e promessas políticas, os governantes acabam fazendo de tudo um pouco: deixam obras inacabadas e inúmeros novos convênios assinados; serviços públicos e semipúblicos (meritórios) ofertados em quantidades insuficientes e precária qualidade; como consequência, vai se minando o capital político da gestão pública incumbente.

Não há dúvida de que, em uma economia com déficits fiscais e elevado nível de endividamento público como a nossa, acreditar que a solução está em cortes cada vez maiores dos gastos públicos (os chamados “tesouraios”) para reduzir os déficits fiscais, pode agravar ainda mais a crise social e econômica por causa dos efeitos acumulados negativos do multiplicador de renda e do acelerador da expansão da demanda, por causa das tensões sociais e políticas provocadas pelo aumento do desemprego e da diminuição da renda, por causa das incertezas que contingenciamentos e cortes das cotas orçamentárias geram na máquina administrativa, por causa da propensão à corrupção administrativa e financeira resultante da escassez dos recursos orçamentários.

Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento acabam deixando as suas funções e ações de planejamento de médio e de longo prazo (mitigação, compensação, transformação) para se tornarem apenas “os gestores do caixa” e “os vigilantes do déficit fiscal” num trabalho de Sísifo.

III. O CREPÚSCULO DA CRISE DE CRESCIMENTO

É uma tarefa inglória elaborar um cenário prospectivo de uma economia no início de um novo mandato Presidencial, cuja evolução passa por forte inflexão causada por uma crise econômica, social e ambiental. Dois exemplos históricos podem ser ilustrativos dessa imensa dificuldade que, frequentemente, leva os economistas a erros grosseiros em suas projeções e em seus aconselhamentos sobre o que e como fazer para a superação da crise.

Em 1929, *Irving Fisher*, considerado um dos maiores economistas norte-americanos, admitia que os preços das ações na Bolsa de Valores de Nova York “atingiram o que parecia ser permanentemente um *plateau* elevado”. No dia 15 de outubro daquele ano, afirmava que “esperava ver em alguns meses o mercado de ações na Bolsa de Valores bastante melhor do que está hoje”. Duas semanas depois, na chamada “Quinta-feira Negra”, houve a quebra na Bolsa, os valores das ações despencaram, iniciando a dramática crise de 1929, a qual se estenderia por uma década, atingindo todos os países do mundo, embora com intensidade e impactos diferenciados. Nos países desenvolvidos, no auge da crise, as taxas de desemprego superaram 25%.

Em 2003, *Robert Lucas*, Prêmio Nobel de Economia em 1995, laudava em seu discurso na American Economic Association, as conquistas e o sucesso da análise macroeconômica “ao transformar as depressões econômicas em problema do passado e resolvido efetivamente por muitas décadas”. Em 2008, ocorreu novamente uma depressão na economia mundial, sendo que, para alguns analistas, os impactos socioeconômicos foram mais profundos do que aqueles causados pela crise de 1929.

A questão fundamental é que o capitalismo, com a integração generalizada dos mercados financeiros no sistema globalizado, tornou-se um regime econômico marcado por uma sequência de instabilidades ainda maiores. E no processo de estabilização de uma economia instável germina a semente de uma nova instabilidade. Ficou no registro da história da humanidade, o longo período de prosperidade do pós-II Grande Guerra até 1973, com a crise da OPEP gerando experiências de estagflação, sendo que as instabilidades se tornaram mais frequentes nas últimas décadas. Nesse

contexto, não há como excluir a possibilidade de vir a ocorrer em nosso País algum *tipping point*.*

Além do mais, cada crise tem características morfológicas específicas no contexto histórico em que ocorre, as quais inibem a adoção de soluções equivalentes às das crises anteriores. Em relação à crise de 1929, as atuais crises se dão em economias mais globalizadas, financeiramente mais especulativas, socialmente mais desiguais, mais propensas às rebeliões políticas dos movimentos sociais, mais predatórias dos ativos e serviços ambientais. Infelizmente, a crise de hoje não produz anticorpos para uma nova crise amanhã e são passíveis de *tipping points* (pontos de ruptura).

Em um ambiente de instabilidades sequenciais, onde os sistemas desestabilizados desenvolvem uma posição mais estável para se desestabilizar novamente, conforme previu *Hyman Minsky*, seria mais recomendável evitar projeções mecanicistas e estar atento aos infinitos detalhes que emergem, diariamente, dos diferentes sistemas nacionais e multilaterais de informações*. Não se pode elaborar uma política econômica como se fosse uma receita de bolo bem sucedida quando executada alhures ou em algum mandato político anterior.

A atual situação da economia brasileira não pode ser comparada a uma corrida de obstáculos em que um dos corredores, embora em ritmo lento, leva uma queda abrupta e desestruturante e, depois de algum tempo, retoma o seu percurso visando a atingir um bom desempenho (*stop and go*). A diferença básica é a de que, após uma queda de grande impacto, uma economia tem que mudar o seu roteiro para atingir os mesmos objetivos. Não há uma política econômica de uma vez por todas, pois uma crise mais intensa afeta comportamentos, instituições e, até mesmo, as regras do jogo de uma sociedade. Cada política econômica deve, pois, ser historicamente contextualizada.

* Expressão que significa um ponto crítico no processo de evolução de um fenômeno (um desastre ambiental) ou evento (corrida bancária) que conduz a um desenvolvimento irreversível ou até a um retrocesso inevitável.

* Hyman Minsky – *Stabilizing an Unstable Economy*, Mc Graw Hill, 1986

Uma característica psicossocial desses momentos de instabilidades é a sensação entre os brasileiros de que não há saída que possa ser vislumbrada no horizonte. Não é o que ensina a nossa história, pois, desde a II Grande Guerra, conseguimos superar algumas dilacerantes crises financeiras e dessas experiências ficaram algumas lições para nós brasileiros.

É preciso renovar ideias pois, embora a economia seja única, ela tem muitas receitas. Não deve ser guiada por um voluntarismo inconsequente para resolver problemas socioeconômicos complexos e intrigantes. Não se deve enxergar, em diferentes circunstâncias enigmáticas, apenas aquilo que se quer ver. E, como as ideias não podem ser separadas de seu contexto histórico e social, precisamos, em crises inéditas, estar preparados para deixar de lado algumas ortodoxias dos manuais de Economia, construídas através do conhecimento fragmentado*. A formulação de uma política econômica em um país depende 20% de conhecimento científico e 80% de arte política.

A primeira regra do processo de planejamento para a superação de uma crise econômica é definir quais os problemas socioeconômicos e socioambientais que precisam ser resolvidos, que merecem uma concentração de atenção. A partir dessa delimitação vão se delineando as políticas, os programas e os projetos que são prioritários para o equacionamento dos problemas no médio e no longo prazo. Mas, para definir a trajetória histórica a ser construída pelo processo de planejamento, as ideias são imprescindíveis para dar substância, a fim de que metas e objetivos sejam conquistados. Elas são a base inicial para a concepção e a implementação das políticas públicas. A preferência para cada tipo de política define os seus ganhos e perdas distributivas entre os diferentes grupos e classes sociais de uma sociedade.

Como diz o cientista político *Mark Blyth*, as ideias, tomadas como parte de uma sequência geral de mudança institucional, reduzem incertezas, atuam como recursos para a construção de coalisões, empoderam protagonistas

* Dani Rodrik – **Economics Rules: The Rights and Wrongs of the Dismal Science**. Norton, 2015, Luccio Boccardo, Mark Blyth and Jonas Pontusson - **Diminishing Returns The New Politics of Growth and Stagnation** – Oxford University Press, 2022.

para contestar as instituições existentes, atuam como recursos na construção de novas instituições e, finalmente, coordenam as expectativas dos agentes, reproduzindo, portanto, estabilidade institucional.

Mas, há boas e más ideias em todo processo de planejamento. Uma má ideia é a de transformar uma condição necessária para se atingir um objetivo em condição necessária e suficiente. Como, por exemplo, a de considerar que concentrando-se os principais recursos políticos e institucionais da gestão pública no equilíbrio fiscal e financeiro, a retomada do crescimento econômico virá por acréscimo, pelas livres forças de mercado. A origem dessa narrativa está no que pode se denominar a fragmentação do conhecimento do pensamento econômico. Quanto à origem política da concepção do módulo de equilíbrio fiscal expansionista, pode se classificá-lo como filho bastardo do neoliberalismo.

*Alessandro Roncaglia**, professor de Economia da Universidade de Roma, caracteriza os últimos cinquenta anos como **um período de fragmentação da teoria econômica**. As pesquisas econômicas se ramificaram em diferentes direções e os seus próprios fundamentos sofreram ampla diversificação. Para ele, essa era de fragmentação levou a uma intensa divisão de trabalho entre grupos de economistas substancialmente autônomos, que muitas vezes ignoram ou, de qualquer modo, não levam em conta como estão evoluindo as outras áreas do conhecimento científico, gerando a formação de especialistas em temas específicos, que levam para a formulação das políticas econômicas uma visão estreita da realidade econômica do país. É o caso dos economistas brasileiros, que têm, nos últimos anos, formulado as políticas econômicas com conhecimento restrito ao novo monetarismo.

Ortega y Gasset, considerado por muitos o maior filósofo espanhol do século 20, definia o especialista como alguém que sabe cada vez mais de cada vez menos, alguém que se ocupa profissionalmente de um ramo particular de uma ciência. Muitos especialistas não se preocupam com a diversidade das diferentes abordagens sobre os mesmos problemas, sobre a própria diversidade desses

* Alessandro Roncaglia – **The Wealth of Ideas. A History of Economic Thought**. Cambridge, 2009. **Robert Skildesky. What's Wrong With Economics**, Chapter 10 "Why Study the History of Economic Thought?" Yale University Press, 2020.

problemas ou como a Economia tem muito que aprender com as outras Ciências Sociais.

A especialização em determinada escola de pensamento econômico pode levar a que alguns economistas, tomando decisões de política econômica de curto prazo, em uma sociedade multifacetada e complexa, venham a fazer afirmativas equivocadas do ponto de vista teórico e ingênuas do ponto de vista histórico sobre relevantes questões dos processos de desenvolvimento sustentável da sociedade. Nesse contexto, a Economia tem sido acusada de ser simplista e insular, ao desconhecer o progresso das demais Ciências Sociais, e de estar constantemente pronta para racionalizar os interesses utilitários dos grupos dominantes no sistema político.

A tendência atual na formação dos economistas que se apegam a determinada escola de pensamento é a do que se denomina de visão acumulativa, segundo a qual a análise econômica apresenta uma ascensão progressiva para níveis cada vez maiores de compreensão da realidade econômica. O ponto de chegada dos economistas hoje - a teoria econômica contemporânea - incorporaria todas as contribuições prévias do conhecimento econômico*.

É o caso atual do **modelo de equilíbrio fiscal expansionista**, predominante junto às políticas de estabilização monetária de diversos países no pós-crise de 2008. A sua proposta assim se resume: reorganize as finanças do governo eliminando déficits primários e previdenciários através de algumas reformas político-institucionais pró-mercado, daí o crescimento econômico e a geração de renda e emprego virão por acréscimo, induzidos pelo clima de confiança e de expectativas favoráveis entre os diferentes protagonistas econômicos que produzem, que consomem, que investem. O futuro da economia estaria, assim, escrito nas reformas do presente.

* Ao longo do tempo, as Escolas de Economia vêm retirando (ou diminuindo o espaço) de disciplinas tais como História do Pensamento Econômico, História Econômica e Sociologia Econômica. Sem uma perspectiva histórica da ciência que praticam a maioria dos economistas se tornam o que Galbraith denominou de “economista úteis ao sistema dominante”.

Tudo isso é, contudo, uma hipótese que pode não acontecer. A experiência histórica do Brasil e de diversos países mostra que o processo de crescimento econômico não é um subproduto cronológico da estabilidade monetária. Estratégias específicas de crescimento são indispensáveis, entendendo-se por uma estratégia de crescimento políticas econômicas e arranjos institucionais mais subjacentes para desencadear um ciclo de expansão da economia, sustentando o seu dinamismo e dotando-a com resiliência a choques internos e externos ao longo do tempo.

IV. UMA NOVA POLÍTICA ECONÔMICA ANTES DA MEIA NOITE

Precisamos conceber e implementar uma nova política econômica baseada em três argumentos sumarizados em:

1. **Há necessidade de se consolidar a consistência macroeconômica do País, sustentando e aperfeiçoando o modelo de equilíbrio fiscal expansionista, mesmo sabendo de suas limitações e dos efeitos colaterais indesejáveis, quando tratado como política única, uma vez que o descompasso entre receitas públicas (que têm crescido lentamente com a desaceleração da expansão do PIB, desde 1980), e as despesas públicas (que vêm se acelerando para financiar as indispensáveis e legitimamente definidas políticas públicas de crescimento econômico, de equidade social e de sustentabilidade ambiental, que são um componente essencial para consolidar a nossa democracia);** como o único instrumento que vem sendo utilizado para evitar que o desarranjo das contas públicas impacte o processo inflacionário é a taxa básica de juros, torna-se absolutamente indispensável preservar a independência do Banco Central, resguardando-o de intervenções políticas oportunistas para evitar o descontrole completo das contas públicas, uma “argentinização da nossa economia”;

2. Diante desse descompasso, a busca do equilíbrio fiscal vem ocorrendo através dos congelamentos e dos contingenciamentos dos gastos públicos, de eventuais acréscimos na carga tributária, de ocasionais acréscimos de receitas de privatizações, de concessões ou de redução das sonegações fiscais, um trabalho de Sísifo face à avalanche de despesas reprimidas que têm resultado

na perda da qualidade dos serviços públicos e semipúblicos e intensas tensões e insatisfações das famílias das classes C, D e E;

3. Sem saída? É evidente que não, pois se as despesas públicas para melhorar a qualidade dos serviços públicos e semipúblicos, para modernizar a nossa infraestrutura econômica e social, para consolidar as políticas sociais compensatórias, para conservar, preservar e recuperar os nossos ecossistemas nos seis biomas, são absolutamente insuficientes e cada vez mais insuficientes no atual contexto político polarizado, não se deve aumentar significativamente a carga tributária, mas sim **acelerar o crescimento do PIB, da Renda Nacional, da Riqueza Nacional, que constituem as fontes de fundos das Receitas Públicas dos três níveis de governo.** Vejamos um pouco de números:

. **a.** De 1900 a 1980, o PIB cresceu em média mais de 5% ao ano, destacando-se os seguintes períodos:

1940-1950: 5,9% ao ano

1950-1960: 7,38% ao ano

1960-1970: 6,17% ao ano

1970-1980: 8,63% ao ano

. **b.** De 2000 a 2020, a taxa de crescimento foi de apenas 2,2%, com o crescimento demográfico anual de 1,7% ao ano, o crescimento da produção de bens e serviços para cada brasileiro foi insuficiente ou pífio; se o Brasil tivesse mantido a taxa de crescimento de 5% ao ano de 1980 a 2020, o brasileiro poderia ter o padrão de vida médio do italiano ou do espanhol atualmente; de 2000 a 2020 a economia da China cresceu acumuladamente 345% em moeda local;

c. A uma taxa de crescimento de 5%, o valor do PIB dobra de 14 em 14 anos, o que significa que as Receitas Tributárias do Governo Federal poderiam estar atualmente em nível superior a 7 trilhões de Reais ao ano, mais do que suficiente para ampliar melhorias e modernizar os serviços públicos e a infraestrutura econômica e social, sem a necessidade de aumentar a carga tributária;

O nosso dilema é, pois, construir e implementar um ciclo de expansão com a condicionalidade de não se desorganizar ou de se desestruturar a atual política de estabilização monetária, a qual vem se mantendo ainda que sob enorme pressão vinda dos setores mobilizados da classe política e de segmentos da sociedade civil organizada. Para isso, é fundamental que os programas e projetos que irão compor um novo ciclo de expansão tenham pelo menos as seguintes características:

- **sejam programas e projetos de desenvolvimento sustentável** que atinjam um processo de crescimento econômico globalmente competitivo, inclusivo na distribuição dos frutos do crescimento com justiça social entre famílias e regiões, e sustentável na preservação, conservação e recuperação dos ecossistemas dos seis biomas (Amazônia, Mata Atlântica, Cerrados, Caatinga, Pantanal e Pampas);
- **o financiamento dos programas e dos projetos seja não inflacionário** e compatível com os objetivos da política de estabilização para evitar pressões adicionais sobre a estrutura dos gastos públicos no curto prazo; essa estrutura deve ser permanentemente avaliada e revisada para adequá-la aos objetivos de desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira;
- **sejam programas e projetos em fase avançada de amadurecimento político-institucional** para fins de implementação ou porque já estão em processo experimental finalístico ou porque já estão em fase operacional bem sucedida, ou seja, realísticos dentro do atual contexto histórico do Brasil e do Mundo, respeitando os “limites do possível”, projetos tais como:
 - a. **o Terceiro Salto Científico e Tecnológico da Agropecuária Brasileira com a formação de corredores de exportação em direção ao Oceano Pacífico (onde crescem mais intensamente os mercados, de produtos intensivos de recursos naturais pelas novas Rotas da Seda;**

- b. **adoção ampliada do modelo de desenvolvimento da Terceira Itália para a promoção das aglomerações produtivas de micro e pequenas empresas (superiores a 3.000 aglomerações em setores tradicionais e setores não tradicionais em todas as regiões do País);**
- c. **o desenvolvimento e a promoção de projetos de Bioeconomia na Amazônia Legal (9 Estados);**
- d. **o New Deal verde e a produção nacional juntamente com a China e a Alemanha na indústria da mudança climática;**
- e. **exploração de petróleo na Margem Equatorial Brasileira, segundo as quatro regras de sustentabilidade ambiental; exploração das terras e minerais raros e estratégicos, entre muitos outros. Mencionei apenas alguns dos projetos que avaliei e trabalhei como consultor, ao longo dos últimos anos.**
- f. **que tenham passado pela avaliação financeira tradicional com sucesso,** assim como pela avaliação socioambiental do Banco Mundial/OCDE/BID, com positiva taxa interna de retorno socioambiental;
- g. **que contribuam intensamente para viabilizar soluções** para os principais compromissos assumidos pela administração do Governo Federal e dos governos estaduais durante o processo eleitoral de 2026, a fim de que possam assumi-los e liderá-los com intensidade e determinação política.

Se, no novo mandato Presidencial, insistirmos numa política econômica fundamentada apenas em uma versão aperfeiçoada da consolidação fiscal expansionista, sem complementá-la simultaneamente com políticas de desenvolvimento sustentável, estaremos mergulhando o Brasil em um campo de alternativas precárias do ponto de vista político-institucional, principalmente quando consideramos as imensas oportunidades perdidas para acelerar o nosso crescimento econômico, com distribuição da renda e da riqueza e com preservação, conservação e reabilitação dos nossos ecossistemas. Precisamos sair do atual conformismo e arriscar uma aventura histórica de Grande Transformação. Pois, como diz *Peter Drucker*: “Existe o risco que você não pode jamais correr, e existe o risco que você não pode deixar de correr” *. Aparentemente, a proposta de promover uma Grande Transformação na política econômica no novo mandato Presidencial, integrando as políticas de estabilização monetária com políticas de desenvolvimento sustentável, pode parecer uma utopia. Como se sabe, formular e implementar políticas econômicas num país em crise que acumulou imensos problemas socioeconômicos e socioambientais se apresenta essencialmente como um grande desafio histórico. Trata-se de uma arte política que se baseia em conhecimentos científicos. Para *Oscar Wilde*, o progresso basicamente é a realização das utopias. Os economistas que irão formular os novos planos de governo deveriam se inspirar na experiência dos talentosos Ministros *Roberto Campos* e *Gouveia de Bulhões* que, em 1965, integraram simultaneamente uma política de estabilização de curto prazo (o PAEG), com reformas político-institucionais de médio prazo e as políticas de desenvolvimento de longo prazo (o Plano Decenal).

Todavia, se a nova política econômica for configurada apenas dentro do modelo de consolidação fiscal em um país que apresenta uma gama variada de oportunidades latentes para realizar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, poderá, no futuro, ser analisada pelos historiadores como uma experiência de um lustro perdido de desenvolvimento e uma opção dos formuladores da política pela mediocridade científica.

* Paulo R. Haddad - **Anotações Para O Novo Lustrado da Economia Brasileira: 2020 a 2030 – A Grande Transformação** e-Galáxia, 2026. Nesse livro, são apresentados debates sobre os projetos mencionados, orientações para o processo de planejamento dos novos Governadores mas, principalmente, uma nova política econômica que integra os objetivos da estabilidade monetária com as políticas de desenvolvimento sustentável. Foi elaborada uma versão do livro para a leitura de pessoas não familiarizadas com o conhecimento de Economia (**O Futuro da Economia – Narrativas de Esperança**, Instituto Fórum do Futuro, 6).